

Por uma abordagem decolonial de África Antiga: Amanirenas e Amanishaketo (séc. II AEC–I EC)

Carlos Augusto Lima Barros¹ 

Universidade Federal do Maranhão

Resumo

Ao longo dos séculos, o continente africano foi atravessado por discursos etnocêntricos, racistas e colonialistas que contribuíram para a construção de imagens estereotipadas sobre suas sociedades, culturas e relações de gênero. Entre os impactos dessas perspectivas está a difusão de concepções coloniais que associaram as mulheres africanas à submissão, à exclusão sociopolítica e à dependência masculina, apagando experiências históricas de protagonismo feminino existentes antes da colonização. Buscando contribuir para o enfrentamento dessas narrativas, este artigo propõe uma abordagem decolonial da colonialidade de gênero a partir de um retorno à Antiguidade africana, com foco nas figuras das *KTKE/KDKE*, popularmente conhecidas como Candaces, governantes-guerreiras do Reino de Kush. A partir das trajetórias de Amanirenas e Amanishaketo, o estudo discute como essas lideranças femininas evidenciam formas de poder, de participação política e de autoridade militar exercidas por mulheres africanas em contextos pré-coloniais. Dessa forma, o artigo articula os estudos sobre a África Antiga e as Candaces como possibilidades historiográficas de enfrentamento às permanências da colonialidade, contribuindo para a valorização de historicidades africanas frequentemente apagadas ou marginalizadas pelas narrativas coloniais.

Palavras-chave: Candaces; Colonialidade; Kush; Decolonialidade.

Submetido: 10/05/2026

Aceito: 05/09/2026

¹ Mestre em História e Conexões Atlânticas: Culturas e poderes pela Universidade Federal do Maranhão (2025).
E-mail: carlos.barros1300@gmail.com

Towards a decolonial approach to Ancient Africa: Amanirenas and Amanishaketo (2nd century BCE–1st century CE)

Carlos Augusto Lima Barros 

Universidade Federal do Maranhão

Abstract

Throughout the centuries, the African continent has been traversed by ethnocentric, racist, and colonialist discourses that have contributed to the construction of stereotypical images of its societies, cultures, and gender relations. Among the impacts of these perspectives is the dissemination of colonial conceptions that associated African women with submission, sociopolitical exclusion, and male dependence, erasing historical experiences of female protagonism that existed before colonization. Seeking to contribute to confronting these narratives, this article proposes a decolonial approach to gender coloniality through a return to African antiquity, focusing on the figures of the *KTKE/KDKE*, popularly known as Candaces, warrior-rulers of the Kingdom of Kush. Based on the trajectories of Amanirenas and Amanishakheto, the study discusses how these female leaders demonstrate forms of power, political participation, and military authority exercised by African women in pre-colonial contexts. In this way, the article articulates studies on Ancient Africa and the Candaces as historiographical possibilities for confronting the remnants of coloniality, contributing to the valorization of African historicities that are frequently erased or marginalized by colonial narratives.

Keywords: Candaces; Coloniality; Kush; Decoloniality.

Hacia un enfoque decolonial del África antigua: Amanirenas y Amanishaketo (siglo II AEC - siglo I EC)

Carlos Augusto Lima Barros 

Universidade Federal do Maranhão

Resumen

A lo largo de los siglos, el continente africano ha sido atravesado por discursos etnocéntricos, racistas y colonialistas que han contribuido a la construcción de imágenes estereotipadas de sus sociedades, culturas y relaciones de género. Entre los impactos de estas perspectivas se encuentra la difusión de concepciones coloniales que asociaban a las mujeres africanas con la sumisión, la exclusión sociopolítica y la dependencia masculina, borrando las experiencias históricas de protagonismo femenino que existían antes de la colonización. Con el fin de contribuir a confrontar estas narrativas, este artículo propone un enfoque decolonial de la colonialidad de género mediante un retorno a la antigüedad africana, centrándose en las figuras de las KTKE/KDKE, popularmente conocidas como Candaces, guerreras gobernantes del Reino de Kush. Basándose en las trayectorias de Amanirenas y Amanishakheto, el estudio analiza cómo estas líderes femeninas demuestran formas de poder, participación política y autoridad militar ejercidas por las mujeres africanas en contextos precoloniales. De este modo, el artículo articula los estudios sobre la Antigua África y las Candaces como posibilidades historiográficas para abordar los vestigios de la colonialidad, contribuyendo a la valorización de las historicidades africanas que con frecuencia son borradas o marginadas por las narrativas coloniales.

Palabras clave: Candaces; colonialidad; Kush; Decolonialidad.

Introdução

A colonialidade produziu, ao longo dos séculos, não apenas a exploração política e econômica do continente africano, mas também um profundo apagamento de suas historicidades, culturas e formas próprias de organização social. Entre os diversos elementos atingidos por esse processo, as experiências femininas africanas foram frequentemente reinterpretadas sob perspectivas coloniais que as associaram à submissão, à marginalidade política e à exclusão dos espaços de poder. A permanência dessas concepções contribuiu para consolidar a ideia de que o protagonismo político feminino seria incompatível com as sociedades africanas pré-coloniais, naturalizando hierarquias de gênero construídas no contexto colonial.

Entretanto, a própria história africana apresenta experiências que tensionam diretamente essas narrativas. O Reino de Kush, localizado na região da Núbia antiga, constitui um exemplo significativo nesse sentido, especialmente por meio da atuação das *KTKE/KDKE*, popularmente conhecidas como Candaces. Essas soberanas exerceram funções políticas, militares e religiosas centrais na manutenção da autoridade kushita, evidenciando formas de poder feminino que desafiam as leituras coloniais sobre os corpos africanos e suas posições sociais.

Partindo dessa problemática, este artigo propõe uma abordagem decolonial voltada à análise da colonialidade dos corpos femininos em África, tendo as figuras de Amanirenas e Amanishakheto como eixo central da discussão. Busca-se compreender de que maneira a historicidade das Candaces pode contribuir para o enfrentamento das permanências da colonialidade de gênero, evidenciando que a marginalização política das mulheres africanas não constitui uma característica intrínseca às sociedades do continente, mas sim uma construção fortalecida pelo processo colonial.

A partir das contribuições teóricas de autoras como Sylvia Tamale, Oyèrónké Oyěwùmí e María Lugones, discute-se como a colonialidade reorganizou as relações de gênero em África por meio da imposição de estruturas patriarcais europeias, alterando dinâmicas sociopolíticas preexistentes e marginalizando experiências femininas de poder. Nesse contexto, o retorno à história pré-colonial africana, especialmente à experiência kushita, apresenta-se como uma possibilidade historiográfica de resistência decolonial, permitindo a valorização de epistemologias, memórias e agentes históricos frequentemente apagados pelas narrativas coloniais.

O Reino de Kush e as Candaces

O Reino de Kush constituiu uma das mais duradouras e complexas formações políticas da África antiga, desenvolvendo-se ao longo do vale médio do Nilo e articulando regiões da África central, do nordeste africano e do Mediterrâneo. Sua trajetória histórica remonta às sociedades núbias do período de Kerma, consolidando-se posteriormente nas fases de Napata e Meroé, entre o segundo milênio antes da Era Cristã e os primeiros séculos da Era Cristã.

Apesar de serem frequentemente interpretados pela historiografia tradicional como uma extensão periférica da civilização kemita, os vestígios arqueológicos e as fontes textuais evidenciam a existência de estruturas políticas próprias, de formas específicas de organização social e de uma ampla capacidade de integração econômica e diplomática. Nesse sentido, Kush deve ser compreendido não como um reflexo subordinado do Kemet², mas como uma potência africana autônoma, capaz de exercer influência sobre vastas áreas do continente e de estabelecer conexões constantes com o mundo mediterrânico.³

Desde o período de Kerma (2500–1500 AEC), Kush ocupava uma posição estratégica nas rotas que conectavam o vale do Nilo às regiões interiores da África. Conforme destaca Shehata Adam, o reino controlava importantes corredores de circulação que ligavam o Mediterrâneo à África central, dada sua localização intermediária entre o Kemet e populações africanas situadas na atual região do sul do Sudão, funcionando como intermediário comercial e cultural entre diferentes regiões do continente, provavelmente exercendo profunda influência política e econômica sobre áreas vizinhas através do domínio das rotas caravaneiras e da difusão de conhecimentos técnicos, especialmente ligados à metalurgia.⁴

A espacialidade do Reino de Kush, representada na Fig. 1, evidencia sua posição estratégica no nordeste africano e ajuda a compreender sua relevância política e econômica na Antiguidade. Estendendo-se aproximadamente da região da Segunda Catarata até áreas mais ao sul, próximas à confluência entre o Nilo Azul e o rio Atbara, Kush controlava parte significativa do corredor nilótico e articulava importantes centros urbanos, como Kerma, Napata e Meroé. A disposição dessas cidades ao longo do Nilo demonstra não apenas a dependência das dinâmicas fluviais para a circulação de pessoas e mercadorias, mas também a capacidade

² É importante ressaltar que o nome “Egito” vem do grego *Aigýptos*, tendo sido convencionalmente utilizado para se referir à região até os dias atuais, mas a sua denominação interna era “*Kmt*” traduzido por “Kemet” (“A terra negra”). Ver DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (Org.) *História geral da África*, II: África antiga. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-36.

³ ADAM, Shehata. A importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo. In: MOKHTAR, Gamal. *História geral da África*, II: África antiga. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 228-229.

⁴ ADAM, 2010, p. 228; 228-229.

kushita de controlar rotas comerciais que conectavam o Mediterrâneo, o mar Vermelho e o interior africano.

Figura 1 – Mapa do Reino de Kush



Fonte: Disponível em: https://quizizz.com/_media/questions/f4cca15a-f3e4-4f51-9cb5-f92a2ad2e9c1.

Acesso em: 09/05/2026.

Conforme destaca Adam, a localização geográfica de Kerma favorecia o contato simultâneo com o Kemet e com regiões da África central, permitindo a circulação de técnicas, produtos e práticas culturais diversas.⁵ Do mesmo modo, a posterior transferência da capital para Meroé ampliou ainda mais essas conexões, aproximando o reino de áreas propícias à agricultura, às rotas caravaneiras e à exploração metalúrgica, especialmente do ferro.⁶ Assim, a configuração territorial de Kush revela não uma posição periférica, mas uma posição central nas redes políticas, econômicas e culturais do continente africano e em suas conexões afro-mediterrâneas.

A continuidade histórica de Kush entre as fases de suas capitais posteriores, Napata (800–300 AEC) e Meroé (300 AEC–350 EC), evidencia ainda a estabilidade de suas instituições

⁵ ADAM, 2010, p. 228.

⁶ LECLANT, J. O Império de Kush: Napata e Méroé. In: MOKHTA, Gamal. *História geral da África*, II: África antiga. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 282-283.

políticas. Segundo Ali Hakem, o reino apresentou uma extraordinária permanência dinástica ao longo de vários séculos, evitando as rupturas violentas observadas em outras sociedades antigas. Além disso, o sistema sucessório kushita possuía características singulares, combinando elementos hereditários, a participação de chefes militares e a forte presença das rainhas-mães nas disputas políticas e nos processos de legitimação régia.⁷

Essas especificidades tornam Kush particularmente relevante para a compreensão das formas africanas de poder na Antiguidade, sobretudo no que se refere à centralidade política exercida por mulheres da realeza, com registros encontrados ainda no período de domínio kushita sobre Kemet durante a XXV Dinastia (750–656 AEC), com mulheres da realeza ocupando posições e cargos proeminentes, por exemplo, em relação à função de grande sacerdotisa do deus Âmon, conhecida como *Dewat Neter*, que era exercida pela filha do rei e possuía, além do destaque frente à divindade central da religião kushita, influência econômica e política. Acrescido a esse papel social, a figura da rainha-mãe tinha considerável destaque nas cerimônias de eleição e coroação dos governantes kushitas, como mencionado em fontes dos reinados do rei núbio Taharqa, e na adoção da esposa do filho, sendo subordinada apenas ao próprio rei.⁸

A centralidade política das mulheres em Kush também se relacionava às concepções cosmológicas e religiosas da sociedade kushita, nas quais os princípios masculino e feminino eram entendidos como complementares e indispensáveis à manutenção da ordem do mundo.

No reino Kush, existia uma complementaridade e não uma oposição entre os elementos dos gêneros masculino e feminino. O elemento feminino é considerado indispensável para o equilíbrio cósmico, assim como na criação do universo, em todas as principais cosmogonias existentes no Egito. Existe um dualismo entre o masculino e o feminino e uma posição de complementariedade entre eles foi essencial tanto para criação do cosmos como para manutenção terrena da ordem. Esta complementariedade pode ser observada nos pares de elementos que eram determinados por estas distinções de dualidade, como o dia e a noite, a terra e o céu, ordem e caos, o tempo cíclico e a eternidade. Esses pares representavam dois aspectos de um mesmo fenômeno.⁹

⁷ HAKEN, A. M. ALI. A civilização de Napata e Méroe. In: MOKHTA, Gamal. *História geral da África*, II: África antiga. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 297; 302.

⁸ HAKEN, 2010, p. 303; 303-304.

⁹ OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de. *Senhoras da Núbia: as candaces na cultura material em Kush (África, I AEC - I EC)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2019, p. 51.

Jacke Phillips¹⁰ destaca que, embora a maior parte das fontes disponíveis concentre-se nos períodos napatano e meroítico, a relevância política das mulheres reais aparece documentada desde períodos muito anteriores. A autora menciona Satjyt, soberana núbia conhecida por meio dos chamados “*Textos de Execração*” kemitas do Reino Médio, nos quais é retratada como uma governante suficientemente influente a ponto de ser alvo de rituais mágicos destinados à destruição de seu poder. Além disso, Phillips ressalta a figura de Kadimalo, identificada em inscrições de Semna Oeste entre os séculos XI e X AEC como “Grande Esposa Real” e “Irmã do Rei”, que aparece como figura central em representações religiosas ligadas à deusa Ísis, enquanto o próprio governante masculino permanece ausente nessas cenas.¹¹

As discussões sobre o papel político das mulheres em Kush também se relacionam às formas de sucessão dinástica existentes no reino. Phillips destaca que diversos documentos do período napatano evidenciam mecanismos de legitimação vinculados à ancestralidade materna, com genealogias femininas registradas por até sete gerações, a fim de reforçar a legitimidade dos soberanos recém-coroados. Ainda que existam divergências historiográficas acerca do funcionamento exato dessa sucessão matrilinear, tais registros demonstram que as mulheres da família real desempenhavam um papel central na transmissão da legitimidade política e religiosa da monarquia kushita.¹²

Nesse sentido, analisar a atuação das Candaces ultrapassa a simples recuperação biográfica de soberanas africanas e tem uma função dupla: tanto contribuir para o conhecimento histórico sobre a África pré-colonial quanto possibilitar o entendimento de que as relações de gênero são complexas e baseadas em dinâmicas próprias que não necessariamente se encaixam nos modelos europeus. Ambas as funções atendem à adoção de uma postura de rejeição à colonialidade, que não apenas inventou o conceito de raça para justificar as diversas violências perpetradas contra o continente africano, como também inseriu suas próprias noções sobre os corpos masculinos e femininos, modificando suas relações e aplicando noções hierárquicas à dinâmica cotidiana desses povos.

O termo “Candace”/“Kandake” é, na verdade, uma tradução greco-romana para a palavra de origem meroítica¹³, *KTKE* ou *KDKE*, título kushita que se referia a mulheres da

¹⁰ PHILLIPS, Jacke. Women in Ancient Nubia. In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh (org.). *Women in Antiquity: Real Women across the Ancient World*. London; New York: Routledge, 2016, p. 598-632.

¹¹ PHILLIPS, Jacke. Women in Ancient Nubia. In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh (org.). *Women in Antiquity: Real Women across the Ancient World*. London; New York: Routledge, 2016, p. 612-614.

¹² PHILLIPS, 2016, p. 616.

¹³ Língua do Reino de Kush ligado à sua fase com capital em Meroé, funcionando como uma substituta e derivada da língua kemita (hieroglífico e demótico) que era usado nas fases anteriores. Ver ILIFFE, John. *África: história de um continente*. Ediciones Akal, S. A., 2013, p. 46-47.

realiza, como as rainhas-mães, designando seu poder político e militar ou mesmo sua autoridade frente à sociedade de Kush, e também às esposas e irmãs dos governantes kushitas, que possuíam importância na própria legitimação de suas coroações, como exposto no tópico anterior.

As mulheres reais de Napata e Meroé atuavam conjuntamente com os soberanos em cerimônias religiosas, oferecendo libações às divindades, participando de ritos oficiais e servindo de mediadoras entre o rei, os deuses e os ancestrais reais. Enquanto “Mães do Rei”, “Irmãs do Rei” ou “Filhas do Rei”, essas mulheres desempenhavam funções indispensáveis à manutenção da legitimidade régia, complementando simbolicamente as atribuições do governante masculino.¹⁴ Nesse sentido, a tradução do termo em Kush provavelmente pode ser compreendido como “rainha-mãe” ou mãe do soberano, ou ainda irmã do soberano ou “irmã real”, com um uso que remete à essa participação feminina em meio as dinastias kushitas.

Oliveira¹⁵ argumenta que o destaque de tal termo no período meroítico funcionaria como uma valorização ou resgate desse passado kushita, “onde os matrimônios entre irmãos dentro de uma mesma dinastia parecem ter sido determinantes em uma forma de legitimação ‘tradicional’ em famílias ‘reais’”. A partir da latinização dos termos meroíticos, passou a significar “rainha-mãe”¹⁶.

Como primeira soberana a assumir o título de KTKE, Bartare, na metade do século II AEC, foi sucessora direta do governante Arakakamani, o primeiro soberano enterrado na nova capital, Méroe. Além do título de Candace, Bartare teria assumido os títulos de “Filho de Rá” e “Senhor das duas Terras”¹⁷ (*sa Ra, neb Tawy*), referentes a titulações faraônicas clássicas reservadas aos governantes egípcios, o que demonstra seu papel de destaque e influência na sociedade kushita. Contudo, ela ainda não representava o governo autônomo das Candaces, por não ser representada com o título de *qore*, termo meroítico que fazia referência à figura de “chefe” em Kush, adotado pelos soberanos kushitas e inicialmente reservado aos homens.¹⁸

Como o título de *qore* denotava justamente o poder autônomo de que gozava determinado soberano no Reino de Kush entende-se que apenas a partir da representação feminina ligada a esse primeiro título essas mulheres conquistaram um poder central de domínio sobre os kushitas. Assim, acrescida à sua importante participação na legitimação do governante

¹⁴ PHILLIPS, 2016, p. 617.

¹⁵ OLIVEIRA, 2019, p. 109.

¹⁶ OLIVEIRA, 2019, p. 12-13.

¹⁷ O título funcionava enquanto uma declaração de legitimidade divina associando aquele que governava como filho do deus solar, Rá, além de mencionar a soberania sobre todo o Egito (Alto e Baixo). Logo, era o governante legítimo de todo o Egito por direito divino.

¹⁸ OLIVEIRA, 2019, p. 107.

e em outras cerimônias oficiais, foi conquistado um papel de ordenamento e controle que abrangia os âmbitos político e militar da sociedade kushita, sem necessariamente ser acompanhado de um soberano masculino. A partir das Candaces, como governadoras autônomas, o papel da complementaridade feminina no governo ganha uma nova dimensão: a possibilidade de soberania plena.

Nesse contexto, determinadas Candaces passaram a assumir atribuições anteriormente reservadas apenas aos soberanos masculinos, incluindo representações de vitória militar, domínio sobre inimigos e oferendas às divindades, tais mulheres podem ser agrupadas em torno do título meroítico, *qore*, que garantia um poder régio soberano. Por meio de fontes materiais, conhece-se a figura de quatro Candaces que utilizaram o título de *qore*, sendo reconhecidas como governantes soberanas e autônomas frente ao Reino de Kush: Amanirenas, Amanishaketo, Nawidemak e Maleqereabar, as quais também adotaram os já mencionados títulos de “Filho de Rá” e “Grande Senhor das Duas Terras”.¹⁹

A posse de tais títulos demonstra a importância que as Candaces tiveram na sociedade kushita. Enquanto *KTKE*, eram reconhecidas como valiosas participantes do funcionamento político-religioso das cerimônias de coroação e legitimação dos soberanos, complementando o poder masculino com um lado feminino. Os títulos egípcios adaptados à realidade de Kush colocavam essas mulheres em posição de legitimidade e grandeza perante um povo profundamente ligado à sua religiosidade. Por fim, a adoção do título *qore* evidencia um ganho de destaque ainda maior das Candaces no reino; o poder era atribuído a elas de forma autônoma e soberana, o que, combinado com os outros títulos, tornava-as elementos centrais do funcionamento e do entendimento sobre o Reino de Kush.

As experiências dessas soberanas kushitas são conhecidas principalmente por vestígios da cultura material, entre os quais se encontram inscrições, estelas, representações escultóricas e outros objetos associados às instituições políticas e religiosas do Reino de Kush e algumas menções de fontes textuais. Neste artigo, esses vestígios não são compreendidos como meras ilustrações das informações fornecidas pela historiografia, mas como fontes históricas que permitem observar formas de representação, legitimação e materialização da autoridade das soberanas.

A análise dessas fontes parte de sua materialidade e de seu contexto de produção, considerando os elementos que compõem suas representações e as relações estabelecidas entre imagem, texto, espaço e poder. Desse modo, características como a posição ocupada pelas

¹⁹ PHILLIPS, 2016, p. 619-620. OLIVEIRA, 2019, p. 107.

soberanas, seus atributos, vestimentas, gestos, dimensões, inscrições e sua associação com divindades ou outros agentes são consideradas em conjunto, a fim de compreender como a autoridade feminina era construída e comunicada no contexto kushita. A cultura material, portanto, é mobilizada como parte de um conjunto documental mais amplo, em diálogo com as fontes escritas e a historiografia especializada.

Para este trabalho, serão tratadas as duas primeiras Candaces acima mencionadas, Amanirenas e Amanishakheto, por apresentarem maior destaque na documentação e nas discussões historiográficas acerca do exercício do poder feminino em Kush. Contudo, ressalta-se que a presença de mulheres em posições de autoridade não se limitou a essas soberanas. Além delas e das demais governantes associadas ao título *qore*, a documentação material registra também figuras como Shanakdakhete e Amanitore, cujas representações e inscrições constituem evidências importantes para compreender a participação feminina nas estruturas políticas e religiosas do Reino de Kush.

Iniciando a discussão por Amanirenas, esta foi uma Candace que governou aproximadamente entre os anos de 40 e 10 AEC, exercendo um poder político e militar efetivo como principal governante de Kush no final do século I a.C. Esposa do governante Teriteqas, é inicialmente representada juntamente com ele em um grafite presente no Templo de Thoth, na cidade de Dakka, e em uma estela dedicada a este, localizada no Templo M, em Méroe.

Analisando ambas as fontes, Oliveira²⁰ destaca que, no grafite, produzido por volta de 25 AEC, são apresentadas dezoito linhas de escrita meroítica cursiva, com Teriteqas ostentando o título de *qore*, acompanhado do nome de Amanirenas, seguido do título de Candace. No grafite, comemora-se uma campanha militar em celebração aos ataques bem-sucedidos a cidades egípcias, mais especificamente a Siene, Philae e Elephantine. Na estela de Teriteqas, há uma representação semelhante, com a inscrição dos nomes de ambos os soberanos, com seus respectivos títulos.

Amanirenas passaria a ser representada com o título de *qore* na estela de Hamadab, também conhecida como Grande Estela de Amanirenas e filho²¹ (Fig. 2), situada no sítio de Hamadab, próximo à cidade de Méroe, e na inscrição em bronze presente no Templo T, na mesma cidade.²² Composta por 42 linhas de texto meroítico e datada do século I AEC, a estela

²⁰ OLIVEIRA, 2019, p. 113-115.

²¹ Akinidad foi um importante general do reino de Kush, que teria sido filho de Amanirenas e Teriteqas, e também possivelmente seu co-regente, estando presente com estes em diferentes fontes, embora o parentesco não fique claro, como no grafite e ambas as estelas mencionadas acima. Ver TÖRÖK, László. *The Kingdom of Kush: handbook of the Napatan-Meroitic Civilization*. Leiden: Brill, 1997, p. 455-456; 457.

²² OLIVEIRA, 2019, p. 115.

é uma das mais ricas fontes materiais sobre o poder das Candaces, representando Amanirenas como uma soberana autônoma que governava o Reino de Kush como principal governante após a morte de seu esposo, assassinado em batalha. Atualmente no acervo do Museu Britânico, em Londres, a estela está incompleta devido à perda do seu topo.

Figura 2 - Estela de Hamadab



Confeccionada em arenito, com altura de 236,5 centímetros por 101,5 centímetros de largura. Presente no *British Museum*, Londres, Inglaterra. Fonte: <https://www.bmimages.com/preview.asp?image=00081863001>.

Acesso em: 10/05/2026.

Devido ao deciframento incompleto da língua meroítica, a estela ainda apresenta um considerável desconhecimento quanto ao seu conteúdo total, estando sujeita ao conhecimento de palavras isoladas e a tentativas de contextualização destas no conjunto da estela, além da perda do topo da estela, que apresentaria um aspecto visual sobre a composição da fonte, sendo possível observar somente as pernas. Contudo, argumenta-se que o monumento celebra a vitória da soberana e de seu provável co-regente, Akinidad, sobre os romanos, em uma campanha militar que inclusive culminou na captura de prisioneiros.

Esse conflito, inclusive, está registrado no livro XVII da obra literária *Geografia*, do escritor greco-romano Estrabão. Produzida entre os anos 18 e 24 EC, a obra constitui um amplo

conjunto de descrições etnográficas sobre o mundo habitado conhecido pelos romanos, reunindo reflexões sobre aspectos físicos, humanos, econômicos e políticos das diferentes regiões abordadas. Organizada em dezessete livros, a *Geografia* inseria-se tanto na tradição helenística de produção do conhecimento geográfico quanto nas necessidades administrativas e políticas do próprio Império Romano, funcionando como uma descrição sistemática dos territórios integrados ao mundo conhecido greco-romano.²³

A utilização da obra como fonte histórica exige, contudo, certa cautela analítica, uma vez que o discurso de Estrabão também refletia percepções políticas e culturais próprias do contexto imperial romano. Conforme apontam Ribeiro e Vasques, o geógrafo, originário da cidade de Amásia, no Ponto Euxino, ocupava uma posição híbrida entre os mundos grego e romano, articulando em sua escrita tanto elementos da tradição intelectual helenística quanto concepções vinculadas à expansão de Roma.²⁴ Nesse sentido, suas descrições não consistem apenas em registros neutros sobre os povos africanos, mas em construções discursivas produzidas a partir de uma lógica geográfica e política que buscava ordenar e interpretar os territórios localizados nas extremidades do mundo mediterrânico.

No livro XVII, dedicado às regiões africanas, Estrabão descreve o Egito, a Líbia e a chamada “Etiópia”, termo utilizado genericamente pelos autores greco-romanos para designar os povos situados ao sul de Kemet, incluindo Kush. Ainda que tais descrições sejam marcadas por generalizações e simplificações, o geógrafo reconhece a existência de importantes centros políticos africanos, como Meroé, apresentada como a principal residência real da região, e menciona práticas religiosas e estruturas sociopolíticas próprias desses povos.²⁵ É nesse contexto que Estrabão registra o conflito entre os romanos e os kushitas, liderados pela Candace Amanirenas, fornecendo um dos mais importantes testemunhos literários antigos sobre o poder político e militar exercido por essas soberanas africanas.

Em seu relato sobre o povo “etíope”, Estrabão afirma que estes organizaram uma revolta contra os romanos que culminou em um ataque a região administrativa do Alto Egito, Tebaida e as guarnições romanas estacionadas em Siena, conseguindo capturar tanto essa cidade quanto as outras cidades egípcias, Elefantina e Filas, em seu primeiro ataque, fazendo prisioneiros

²³ RIBEIRO, Alaide Matias; VASQUES, Marcia Severina. A *Geografia* de Estrabão e a descrição do norte da África no Império Romano. *Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, v. 34, n. 2, 2021, p. 1-2.

²⁴ RIBEIRO; VASQUES, 2021, p. 2-4.

²⁵ RIBEIRO; VASQUES, 2021, p. 2; 6; 10.

dentre as populações e derrubando todas as estátuas de César²⁶, ato consideravelmente simbólico de afronta ao poder romano.

Além disso, o escritor antigo apresenta a figura da “rainha dos etíopes”, que historiadores identificam como Candace Amanirenas, descrevendo-a e reconhecendo-a como soberana da “Etiópia”: “Entre eles estavam os soldados da rainha Candace, que na minha época reinava na Etiópia, uma mulher viril...”.²⁷ Tal formulação pode ser compreendida como um reconhecimento de que o poder das Candaces ultrapassava o espaço kushita, alcançando regiões do próprio Mediterrâneo, o que se reflete em sua presença em diferentes tradições literárias do mundo antigo, como em Dião Cássio, que retrata a mesma governante e o mesmo episódio de conflito com os romanos, em Plínio, o Velho, e no texto de tradição bíblica, Atos dos Apóstolos, ambos se referindo a períodos nos quais governavam Candaces diferentes de Amanirenas.

Em meio à descrição do conflito com os romanos, teria ocorrido uma forte ofensiva destes últimos, liderada pelo comando do prefeito do Egito romano, Caio Petrônio, que teria resultado em sua derrota com relativa facilidade, o que Estrabão atribui à suposta desorganização e inferioridade bélica dos “etíopes”, além da captura de muitos dos soldados que Estrabão menciona como subordinados da Candace, no caso, Amanirenas.

Dando prosseguimento à ofensiva, Petrônio teria avançado em direção ao reino “Etiópe”, alcançando a cidade de Napata, onde se localizava o palácio real da Candace e de seu filho, e esta teria intercedido, por meio de embaixadores, pelo cessar do conflito e pela oferta da devolução dos prisioneiros feitos na cidade de Siena e das estátuas de Otávio Augusto (27 AEC–14 EC). Não aceitando a proposta, Petrônio tomou Napata e escravizou seus habitantes, retornando com despojos às cidades egípcias de Premnis e, posteriormente, a Alexandria. Contudo, o desfecho de tal conflito assume um caráter surpreendente.

Entretanto, a rainha Candace atacou a guarnição com milhares de homens, mas Petrônio veio em seu auxílio e chegou primeiro à fortaleza. Assim que garantiu completamente a segurança da fortaleza com tropas auxiliares, os embaixadores chegaram, e ele ordenou que fossem até César. Contudo, eles declararam não saber quem era César nem onde encontrá-lo, então ele providenciou uma escolta para eles. Foram para Samos, onde César se

²⁶ ESTRABÓN. *Geografía*. Libros XV-XVII. Tradução de Juan Luis García Alonso, María Paz de Hoz García-Bellido, Sofia Torallas Tovar e Irene Pajón. Madrid: Biblioteca Clásica Gredos, 2016, XVII, 1, 54, p. 256.

²⁷ “Entre ellos estaban los soldados de la reina Candace, la que en mis tiempos reinaba en Etiopía, una mujer varonil, ciega de uno de los ojos” (ESTRABÓN, XVII, 1, 54, p. 257).

preparava para ir à Síria, tendo já enviado Tibério à Armênia. Dele, obtiveram tudo o que pediram, e o tributo que lhes havia imposto também foi perdoado.²⁸

Dessas passagens de Estrabão, pode-se compreender que Amanirenas era reconhecida externamente como uma figura soberana sobre os kushitas. Ao longo da descrição do conflito, o escritor coloca a Candace em um papel decisivo de governante à qual os soldados eram subordinados, de intermediadora frente aos inimigos romanos e de responsável por reorganizar as tropas kushitas para um contra-ataque. Seu papel não deixa dúvidas quanto à sua condição de soberana, reconhecida tanto pelos inimigos romanos quanto pelo escritor grego, e é central no aspecto político-militar do conflito. Além disso, de forma surpreendente, o conflito teria se encerrado não com uma guerra, mas com o atendimento das requisições kushitas pelo próprio Otávio Augusto.

Pode-se pensar em uma vitória kushita sobre os romanos sob da liderança de Amanirenas? Com toda certeza, não em termos tradicionais de tomada de uma região por outra, concepção, aliás, muito influenciada pelo próprio entendimento de vitória organizado na história do mundo europeu/ocidental, mas sim nos termos da defesa da soberania e do reconhecimento político de Roma sobre o reino de Kush e a figura de sua governante.

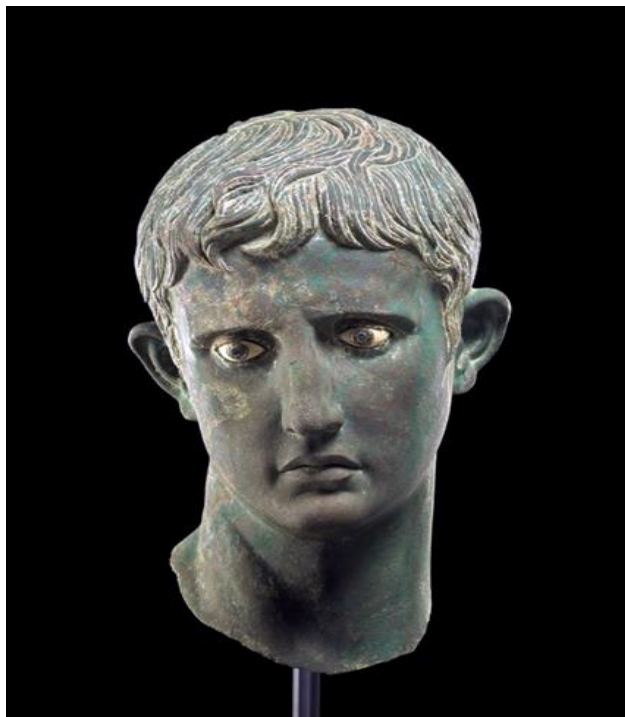
Invertendo a lógica da dominação vitoriosa, a ação de Amanirenas, que pode ter se baseado na boa argumentação dos kushitas ou mesmo no medo suscitado por um novo conflito, agora, com a reorganização das tropas de Kush, destaca-se como a prática do poder feminino, garantindo a soberania de seu reino e a derrota romana, a partir do reconhecimento e da desistência do domínio sobre a região.

Uma comprovação do poder kushita sob o domínio de Amanirenas e da própria narrativa de Estrabão sobre a derrubada das estátuas imperiais foi evidenciada por meio de uma escavação realizada em 1912 pelo arqueólogo e historiador britânico John Garstang, que encontrou uma cabeça de bronze do imperador Otávio Augusto sob uma escada do templo em Meroé.²⁹ A deposição da cabeça imperial sob os degraus do templo, mostrada na Fig. 2, pode ser interpretada como um gesto simbólico de subordinação do poder romano à autoridade kushita.

²⁸ “Mientras tanto, la reina Candace atacó la guarnición con muchos miles de hombres, pero Petronio acudió en auxilio y llegó antes al fuerte, y cuando había asegurado ya completamente la plaza con fuerzas auxiliares, llegaron los embajadores, a los que mandó que se dirigieran a César. Pero estos declararon no saber ni quién era César ni adónde habían de dirigirse para encontrarle, entonces les proporcionó una escolta. Y estos fueron a Samos, donde César se preparaba para ir a Siria, después de haber despachado a Tiberio hacia Armenia. De él lograron todo lo que pedían, además de que se les condonó el tributo que les había impuesto” (ESTRABÓN, XVII, 1, 54, p. 58).

²⁹ SOL, Pietra Ida Leone. *Rainhas africanas e a literatura antiga: as representações das Candaces no Mediterrâneo antigo*. 2024. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande -MS, 2024, p. 44.

Figura 3 - Cabeça do imperador Otávio Augusto (27 AEC-14 EC) em Meroé



Feito em bronze, aproximadamente do período de 27-25 AEC, com altura de 46,20 centímetros e largura de 26, 5 centímetros. Atualmente se localiza no Museu Britânico, em Londres. Fonte: <https://smarthistory.org/head-of-augustus-meroe/>. Acesso em: 10/05/2026.

Para Funari,³⁰ a incorporação das fontes arqueológicas à pesquisa histórica ampliou significativamente as possibilidades de investigação do passado, permitindo ao historiador acessar diferentes dimensões das sociedades antigas por meio de inscrições, monumentos, artefatos e outros vestígios materiais. Nesse sentido, tais fontes são mobilizadas neste trabalho como evidências históricas dotadas de especificidades próprias.

A utilização desses vestígios, contudo, não implica considerá-los registros transparentes do passado. A fonte material, assim como qualquer outra documentação histórica, demanda procedimentos interpretativos que considerem sua constituição e o contexto em que foi produzida. Funari ressalta que o historiador não acessa diretamente o passado ou a “coisa em si”, sendo necessário recorrer a ferramentas interpretativas para atribuir significado aos vestígios encontrados. A análise histórica da cultura material, portanto, não consiste simplesmente em observar o que sobreviveu, mas em integrar as evidências materiais aos conhecimentos já produzidos sobre a sociedade estudada e aos instrumentos metodológicos fornecidos pelas ciências humanas.³¹

³⁰ FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 81-110, p. 85.

³¹ FUNARI, 2005, p. 94-95.

Essa perspectiva também permite estabelecer um diálogo entre diferentes conjuntos documentais sem pressupor que as fontes materiais devam necessariamente confirmar as fontes escritas. Os vestígios materiais não apenas contribuem para esclarecer informações presentes em fontes literárias e documentais, mas também permitem ao historiador explorar diferenças e contradições entre os diversos tipos de evidência.³² No caso de Amanirenas, observam-se pontos de convergência entre textualidade e materialidade, especialmente no reconhecimento de sua autoridade como soberana kushita e na preservação da memória de um conflito entre Kush e Roma.

Entretanto, enquanto o relato de Estrabão apresenta a atuação kushita a partir de uma narrativa construída sob a perspectiva do conflito com Roma e atribui ao desfecho do episódio uma posição de negociação diante da ofensiva romana, os vestígios materiais associados ao período de Amanirenas parecem conferir maior ênfase à capacidade de reação e afirmação da autoridade kushita diante da ameaça externa. A estela de Hamadab, ao associar a soberana à autoridade de *qore* e celebrar a atuação militar kushita, e a deposição da cabeça de bronze de Otávio Augusto em Meroé, por sua vez, constituem evidências que permitem observar formas de materialização da resistência e da soberania kushitas que não se apresentam da mesma maneira no relato de Estrabão. Desse modo, a articulação entre as fontes não apenas reforça a existência do conflito, mas também amplia as possibilidades de interpretação acerca da posição política de Amanirenas e das formas pelas quais sua autoridade foi representada e materializada.

Como próxima Candace a reinar com o título de *qore*, tem-se Amanishakheto, sucessora de Amanirenas, que governou aproximadamente entre 10 AEC e 1 EC. Embora as informações disponíveis sobre suas ações governamentais sejam relativamente limitadas, seu reinado encontra-se materialmente registrado em diferentes regiões do Reino de Kush. Estelas localizadas no Templo de Amon, em Méroe, em Hamadab, no Templo de Amon, em Naga e em Qasr Ibrim, além de cartuchos presentes no Templo T, em Kawa, e em seu palácio em Wad Ban Naqa, constituem diferentes registros associados à soberana. A esses vestígios soma-se seu tesouro funerário, composto por joias e outros objetos que apresentam representações relacionadas à sua posição de autoridade.³³ Essa multiplicidade de registros associados ao seu reinado em diferentes regiões do reino demonstra tanto a amplitude territorial de sua autoridade quanto a permanência da centralidade política das Candaces na organização kushita.

Essa documentação material também permite pensar o reinado de Amanishakheto em relação às dinâmicas de circulação existentes entre Kush e outras regiões do mundo antigo.

³² FUNARI, 2005, p. 101.

³³ SOL, 2024, p. 48; OLIVEIRA, 2019, p. 133.

Durante seu governo, assim como já ocorria no período de Amanirenas, objetos de origem mediterrânea foram encontrados em contextos funerários e nas ruínas de Méroe, sendo identificadas peças provenientes de Roma ou do chamado “Egito Romano” entre os objetos que compunham o tesouro da soberana.³⁴

Figura 4 - Anel da Candace Amanishakheto.



Representa a escolha divina da candace como governante de Kush ainda em sua juventude (ao centro), à direita tem-se o deus Amon com um adereço de plumas em sua cabeça e à esquerda ter-se-ia a mãe de Amanishakheto. Atualmente se localiza no Museu Egípcio de Berlim, na Alemanha. A divindade e a mãe são representadas com as pernas cruzadas. Anel em ouro encontrado no tesouro funerário da rainha Amanishakheto. Fonte:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Berlin_Neues_Museum_-_tresor_de_la_reine_Amanishakheto_01.jpg.

Acesso em: 10/05/2026.

A presença desses materiais não deve ser compreendida apenas como evidência de uma relação de dependência em relação aos centros mediterrânicos, mas também como indício da inserção de Kush em redes mais amplas de circulação de objetos, técnicas e referências culturais. Nesse sentido, a própria composição do tesouro funerário de Amanishakheto permite observar a participação do reino em circuitos de contato que ultrapassavam suas fronteiras políticas, sem que isso implicasse a perda de sua autonomia ou de suas formas próprias de representação da autoridade.

Entre os objetos associados à soberana, algumas representações presentes em suas joias são particularmente relevantes para compreender a materialização de sua autoridade. Na

³⁴ SOL, 2024, p. 43. OLIVEIRA, 2019, p. 133.

representação apresentada na Fig. 4, pertencente às joias reais de Amanishakheto, a Candace é representada como uma governante legítima tanto no plano divino quanto no político. O deus Amon, divindade que ocupava uma posição central no sistema religioso e político de Kush, representaria a aprovação divina de Amanishakheto, enquanto a figura de sua mãe garantiria a continuidade feminina no poder, legitimando também sua autoridade perante a sociedade kushita.³⁵

A presença de uma personagem feminina associada a Amanishakheto permite ainda considerar a possibilidade de uma representação da continuidade dinástica por meio de vínculos femininos, sobretudo quando observada em conjunto com outras evidências materiais que relacionam mulheres à transmissão e à legitimação da autoridade. Essa interpretação, contudo, deve ser compreendida como uma possibilidade construída a partir da composição visual da peça, e não como uma informação diretamente fornecida pela imagem.

Além desse aspecto de transmissão da autoridade pela linhagem feminina, Amanishakheto ocupa uma posição de proteção junto a uma importante divindade kushita, o que demonstra seu pleno pertencimento ao contexto político-religioso de Kush. Sua soberania fundamentava-se tanto na aprovação divina quanto na legitimidade dinástica herdada de sua antecessora, elementos que asseguravam sua autoridade perante a sociedade kushita. Sua representação enquanto criança, nesse contexto, pode simbolizar a continuidade das tradições políticas e religiosas do reino, reafirmando sua posição como herdeira legítima da estabilidade e do prestígio construídos anteriormente pelas Candaces.

A relação entre representação feminina, autoridade e legitimação torna-se ainda mais evidente nas estelas associadas a Amanishakheto. Na Fig. 5, a soberana ocupa posição de destaque junto às divindades núbias, Amesemi e Apedemak. A composição estabelece uma aproximação visual entre a governante e figuras divinas associadas à proteção, à fertilidade, à força e à guerra, produzindo uma representação na qual a autoridade política da Candace é apresentada em estreita relação com o universo religioso kushita. Mais do que registrar a presença de Amanishakheto em um contexto religioso, a organização das figuras materializa uma associação entre a soberana e as forças divinas que compunham parte das concepções kushitas de poder. A presença de prisioneiros na parte inferior da composição acrescenta ainda uma dimensão militar à representação, vinculando a figura da governante à vitória e ao domínio sobre os inimigos.

³⁵ OLIVEIRA, 2019, p. 134.

Figura 5 – Estela de Amanishakheto e o deus Apedemak e a deusa Amesemi.



Confeccionada em arenito, proveniente do Templo de Amon, Naqa (atual Naga), datada do século I EC, com 39,5 centímetros de altura e 24,4 de largura. Atualmente se localiza no Museu Nacional de Cartum, no Sudão. Amanishakheto se encontra no centro, acompanhada de divindades do panteão kushita. O deus leão Apedemak está à sua direita e sua consorte divina, Amesemi, está à sua esquerda. Fonte: https://www.worldhistory.org/collection/108/relics-from-the-kingdom-of-kush--ancient-nubia/13/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10/05/2026.

A própria composição visual da estela permite, portanto, observar diferentes dimensões da autoridade de Amanishakheto. A soberana não aparece isolada, mas inserida em uma estrutura imagética que articula sua figura a divindades e a indivíduos submetidos. Sua posição, seus atributos régios e sua relação espacial com as figuras divinas produzem uma representação em que autoridade política, proteção religiosa e capacidade militar aparecem associadas. Nesse sentido, a materialidade da estela não apenas indica que Amanishakheto exerceu uma posição de soberania, mas também oferece elementos para compreender como essa soberania poderia ser comunicada visualmente e legitimada no contexto kushita.

Oliveira³⁶ observa que, nessa estela, Amanishakheto realiza uma oferenda a Apedemak e que a presença dos prisioneiros pode estar relacionada à celebração de conquistas militares, a um pedido de proteção contra inimigos ou à reafirmação da força política da soberana. A autora também destaca a presença da coroa e do cetro como elementos característicos da autoridade real kushita, enquanto Amesemi aparece posicionada atrás da Candace, tocando o cotovelo e a coroa dela. Esses elementos reforçam uma interpretação segundo a qual a representação articula a autoridade política da soberana à validação conferida pelo universo divino. Entretanto, a própria composição visual permite ir além da mera identificação desses elementos: a posição de Amesemi junto ao corpo da governante estabelece uma relação material e espacial de proximidade que pode ser compreendida como uma forma de proteção ou de legitimação, especialmente quando comparada a outras representações em que divindades ou personagens femininas aparecem associadas à autoridade dos governantes.

Essa associação entre Amanishakheto e Amesemi aparece novamente em outra estela da soberana, apresentada na Fig. 6. Diferentemente da composição anterior, na qual Amesemi aparece junto de Apedemak, nesta representação a divindade feminina encontra-se diretamente associada à Candace, tocando seu corpo e envolvendo-a. A ausência de Apedemak desloca o foco da composição para a relação entre as duas figuras femininas, permitindo observar uma forma de representação da autoridade em que a proteção e a legitimação divina são estabelecidas sem a necessidade da presença de uma divindade masculina. A composição, portanto, não demonstra, por si só, uma suposta igualdade entre homens e mulheres na sociedade kushita, mas constitui evidência relevante de que figuras femininas podiam ocupar posições centrais nos processos simbólicos de construção da autoridade política e religiosa.

A comparação entre as duas estelas permite ainda perceber que a relação entre Amanishakheto e Amesemi não constitui um elemento isolado de uma única representação. Na primeira composição, a divindade aparece integrada a um conjunto formado também por Apedemak e pelos prisioneiros; na segunda, sua presença junto à soberana ganha maior centralidade. Essa recorrência torna significativa a associação entre as duas figuras femininas e permite considerar a possibilidade de que a autoridade de Amanishakheto fosse também construída visualmente por meio de vínculos com uma figura divina feminina. Oliveira³⁷ observa, nesse sentido, que Amesemi ocupa uma posição de importância equivalente à de seu consorte na representação. A materialidade das estelas, portanto, permite não apenas identificar a presença de uma mulher em posição de soberania, mas investigar os mecanismos visuais pelos quais essa soberania era apresentada, protegida e legitimada.

³⁶ OLIVEIRA, 2019, p. 140-141.

³⁷ OLIVEIRA, 2019, p. 139.

Figura 6 – Estela de Amanishakheto com a deusa Amesemi



Confeccionada em arenito, proveniente do Templo de Amon, Naqa (atual Naga), datada do final do século I AEC. Sem informações sobre suas medidas. Atualmente se localiza no Museu Estatal de Arte Egípcia, na Alemanha. A deusa Amesemi à esquerda e Amanishakheto à direita. Fonte: https://www.ancient-egypt.co.uk/bm_egyptian/pages/bm%20sudan%20exhibition,%20jan-05%20183.htm?fbclid=IwAR0lrnm7duqW0vVCSlhGD8pnr0er3OcqHPDssc6eOYeyKQC-JAvt-Y-dWUg. Acesso em: 10/05/2026.

A recorrência da representação de Amanishakheto junto a divindades, tanto nas estelas quanto nos objetos de seu tesouro funerário, evidencia que sua autoridade era materialmente construída por meio da articulação entre diferentes dimensões do poder. A soberania aparece vinculada simultaneamente à legitimidade dinástica, à proteção divina e à capacidade militar, elementos que não se encontram necessariamente separados nas representações kushitas. Dessa forma, a cultura material permite observar uma dimensão específica da experiência política das Candaces: mais do que simplesmente registrar que mulheres ocuparam posições de autoridade, esses vestígios revelam algumas das formas pelas quais essa autoridade era visualmente comunicada e socialmente legitimada.

A decolonialidade em África e as Candaces

Para este último tópico, será contextualizada e discutida a figura das Candaces a partir de uma perspectiva decolonial, demonstrando que a colonialidade de gênero remanescente em África advém de concepções coloniais que se contrapõem à própria historicidade africana e às formas de organização sociopolítica presentes no reino de Kush, intimamente ligadas à participação feminina no exercício e na legitimação do poder.

Antes de adentrar propriamente nessa discussão, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca da perspectiva decolonial e de sua aplicação no contexto da história africana. Nesse sentido, é importante diferenciar os conceitos de colonização e colonialidade. Conforme aponta Sylvia Tamale,³⁸ a colonização pode ser compreendida como o processo sistemático pelo qual um povo explora e anexa as terras e os recursos de outro, sem consentimento, expandindo unilateralmente seu poder político. No caso africano, tal processo esteve ligado à expansão colonial europeia e à imposição de estruturas políticas, econômicas e culturais estrangeiras sobre as diferentes sociedades do continente.

Entretanto, a colonialidade ultrapassa o domínio colonial formal. Ainda segundo Tamale,³⁹ a colonialidade corresponde a um sistema ideológico e estrutural de poder responsável pela manutenção de padrões de dominação originados no colonialismo europeu, inclusive após o fim das administrações coloniais diretas. Trata-se, portanto, de uma estrutura de poder “invisível” que sustenta relações de exploração, hierarquização e controle mesmo em contextos considerados pós-coloniais. Nesse sentido, a independência política dos Estados africanos não significou o encerramento efetivo das dinâmicas coloniais, mas sim a continuidade de mecanismos de dominação reorganizados sob novas formas.

A autora destaca que a relação histórica da África com o tráfico transatlântico, o colonialismo e o imperialismo produziram marcas estruturais profundas, ainda perceptíveis no presente em diferentes âmbitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Nesse processo, a própria ideia de “raça” foi elaborada como um instrumento político e econômico voltado a justificar privilégios, violências e formas de exploração. Antes do século XVII, as noções modernas de raça não existiam da maneira como passaram a ser concebidas posteriormente; foram produzidas pelos sistemas coloniais europeus como mecanismos de racionalização da dominação.⁴⁰

³⁸ TAMALE, Sylvia. *Decolonization and Afro-Feminism*. Ottawa: Daraja Press, 2020, p. XIII-XIV.

³⁹ TAMALE, 2020, p. XIII.

⁴⁰ TAMALE, 2020, p. 3-4; 4.

Paralelamente à racialização dos corpos, a colonização também reorganizou profundamente as relações de gênero no continente africano. Sustentado pela religião, pela educação, pelo direito e por culturas reconstruídas segundo padrões europeus, o colonialismo reinventou as próprias noções de “homem” e “mulher” em África, bem como as formas pelas quais esses sujeitos se relacionavam socialmente. Dentro dessa lógica, Tamale afirma que mulheres africanas foram excluídas ou reduzidas em importantes esferas da vida pública e política, enquanto sistemas locais de gênero e sexualidade passaram a ser reinterpretados sob lentes coloniais marcadas por ideias de hierarquia, moralidade e inferiorização.⁴¹

A imposição colonial de um sistema binário e hierarquizado de gênero alterou significativamente as relações sociopolíticas africanas. Dando continuidade nas mesmas páginas, a autora destaca que o colonialismo introduziu novas estruturas econômicas, políticas, religiosas e educacionais, fundamentadas em valores europeus, transformando radicalmente as dinâmicas anteriormente existentes no continente. Em diversos contextos africanos, autoridades femininas foram ignoradas pelas administrações coloniais, que passaram a reconhecer prioritariamente as lideranças masculinas.

Além disso, Tamale⁴² argumenta que raça, gênero e sexualidade não podem ser compreendidos separadamente no contexto colonial, pois constituem categorias interligadas produzidas pelas próprias estruturas de dominação. A colonialidade organizou sistemas hierárquicos que associavam superioridade à branquitude, à masculinidade e à heteronormatividade, enquanto corpos africanos eram colocados em posições de inferiorização. Dessa forma, o feminismo decolonial torna-se uma ferramenta importante para compreender as conexões entre raça, gênero e sexualidade na manutenção das colonialidades contemporâneas.

Nesse contexto, a colonialidade operou também por meio da produção de narrativas e epistemologias, utilizando a educação, a religião, o direito, a mídia e a cultura popular como instrumentos de reforço à manutenção de seus sistemas coloniais. A imposição de uma visão de mundo eurocêntrica contribuiu para a desvalorização das historicidades, culturas e formas de organização africanas, ao apresentar o Ocidente europeu como parâmetro universal de civilização e modernidade.

Desse modo, a colonialidade não deve ser compreendida apenas como um resquício do passado colonial, mas como uma estrutura ainda atuante nas formas de produção do conhecimento, nas organizações políticas e nas relações sociais contemporâneas. A colonização também atuou na captura dos modos de pensar dos povos colonizados, apagando ou

⁴¹ TAMALE, 2020, p. 5-6.

⁴² TAMALE, 2020, p. 6-7.

inferiorizando suas histórias, culturas e formas próprias de existência. A decolonialidade surge, portanto, como uma proposta de enfrentamento dessas permanências coloniais por meio da valorização das epistemologias, experiências e historicidades produzidas pelos próprios sujeitos africanos.

Conforme apontam Reis e Andrade,⁴³ a decolonialidade busca romper com os legados de desigualdade e dominação perpetuados pela colonização, observáveis nas perspectivas geopolíticas, raciais, de gênero e de sexualidade, propondo uma “perspectiva da reestruturação das nações africanas no âmbito da aquisição da consciência política de sua autonomia sociocultural de campo epistêmico legitimamente constituído”. Dessa maneira, o pensamento decolonial compreende que o rompimento com o domínio colonial não basta para o encerramento de suas influências; é necessário identificar e combater as colonialidades remanescentes.

Nesse processo, o resgate de culturas, identidades e historicidades negadas ou apagadas pelo colonialismo torna-se central. Reis e Andrade⁴⁴ defendem que “o pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação [...]”. Ao unir essa compreensão a uma abordagem histórica, o combate à colonialidade ganha uma dimensão ainda mais ampla, pois rejeita a ideia colonial de que o continente africano não possuía historicidade ou formas próprias de organização sociopolítica anteriores à presença europeia.

Como discussão central deste artigo, propõe-se uma abordagem decolonial voltada especificamente à colonialidade dos corpos femininos, isto é, à manutenção de ideias de subordinação, exclusão e hierarquização impostas às mulheres africanas durante o processo colonial e perpetuadas mesmo após seu término. Tal perspectiva permite compreender que homens e mulheres vivenciaram o colonialismo de maneiras distintas, uma vez que os recortes organizados a partir da divisão sexual dos corpos produziram formas específicas de violência e exclusão direcionadas às mulheres.

A socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí,⁴⁵ importante crítica das epistemologias ocidentais aplicadas ao estudo da África, argumenta que a colonização não apenas instituiu relações raciais hierarquizadas, mas também consolidou uma hegemonia masculina baseada em um Estado patriarcal colonial. Segundo a autora, o sistema colonial estabeleceu quatro

⁴³ REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. *Revista Espaço Acadêmico* – n. 202 – Ano XVII, Março/2018, p. 2-3.

⁴⁴ REIS; ANDRADE, 2018, p. 3.

⁴⁵ OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 314.

categorias hierarquizadas: “Começando no topo, eram: homens (europeus), mulheres (europeias), nativos (homens africanos) e Outras (mulheres africanas). As mulheres nativas ocupavam a categoria residual e não especificada do Outro”.

Para Oyěwùmí,⁴⁶ as mulheres africanas foram colonizadas duplamente: como africanas e como mulheres africanas. Dessa forma, o colonialismo instituiu uma lógica político-social que excluía os corpos femininos dos espaços de decisão e de autoridade, negando as experiências históricas africanas em que as mulheres participavam diretamente do exercício do poder. O Estado colonial patriarcal tornou-se, assim, um dos legados mais duradouros da colonização europeia em África.

A autora exemplifica ainda que, durante a colonização britânica, mesmo os homens africanos ocupavam apenas posições inferiores na administração colonial, enquanto as mulheres eram praticamente excluídas das estruturas formais de poder. Essa exclusão da arena política “consolidou a marginalização feminina na política formal e reforçou as hierarquias de gênero impostas pelo colonialismo”. Paralelamente, a introdução do cristianismo e da educação ocidental reforçou essa estratificação social ao direcionar os homens para funções políticas, administrativas e intelectuais, enquanto as mulheres eram educadas prioritariamente para o matrimônio e o espaço doméstico.⁴⁷

Uma análise histórica do contexto africano pré-colonial, entretanto, demonstra que as mulheres participaram de diferentes formas da política, da religiosidade e da organização social em diversas sociedades africanas. Nesse sentido, a história do reino de Kush evidencia uma lógica distinta daquela imposta posteriormente pela colonialidade europeia, revelando experiências em que o feminino ocupava posições centrais no funcionamento político-religioso da sociedade.

A recolocação das Candaces como agentes históricas fundamentais para a manutenção da soberania kushita reafirma o protagonismo feminino na organização política do reino. O título de *KTKE/KDKE* pode ser compreendido como um exemplo significativo da formalização do poder feminino em África, uma vez que designava mulheres reconhecidas por sua influência política, religiosa e militar na estrutura de Kush. A própria existência de uma titulação específica para essas soberanas demonstra que o exercício do poder feminino possuía reconhecimento institucional e de legitimidade social.

Além do título de *KTKE/KDKE*, a adoção de outras titulações, como as *Ra* e *neb Tawy*

⁴⁶ OYĚWÙMÍ, 2021, p. 315.

⁴⁷ OYĚWÙMÍ, 2021, p. 318-319; 329-335.

(“Filho de Rá” e “Senhor das Duas Terras”), evidencia que a legitimidade dessas soberanas não se restringia ao âmbito político, mas também estava associada à esfera divina. As Candaces eram reconhecidas como governantes legítimas por meio de uma articulação entre o poder terreno e a legitimação religiosa, aspecto profundamente ligado ao funcionamento sociopolítico kushita.

Somado a isso, o título de *qore* acrescentava uma dimensão de soberania autônoma às Candaces. Nessa configuração, o corpo feminino ocupava uma posição central de autoridade, exercendo funções políticas, militares e religiosas sem necessariamente depender de uma figura masculina para legitimar seu poder. Assim, as experiências históricas de soberanas como Amanirenas e Amanishakheto demonstram que o exercício feminino da autoridade constituía uma possibilidade concreta e legitimada no reino de Kush.

As trajetórias dessas Candaces contrapõem-se diretamente às narrativas coloniais que associaram o poder político exclusivamente ao masculino. Amanirenas, ao liderar militarmente Kush contra Roma e negociar diplomaticamente com Otávio Augusto, evidencia o exercício efetivo da soberania feminina em um dos maiores conflitos envolvendo o reino kushita. Amanishakheto, por sua vez, aparece associada tanto à prosperidade administrativa quanto à legitimação divina de seu governo, sendo representada em estelas e joias reais ao lado de importantes divindades kushitas.

Nesse sentido, a historicidade das Candaces desafia diretamente as marcas da colonialidade de gênero ao apresentar mulheres africanas como agentes políticas plenas, legitimadas social, religiosa e militarmente. A soberania feminina, expressa por essas governantes, rompe com as hierarquizações impostas pela colonialidade ao retirar o feminino de posições de marginalidade e inseri-lo em espaços de centralidade política e de autoridade.

A filósofa María Lugones, por meio do conceito de “colonialidade de gênero”, evidencia que as relações de gênero no contexto colonial foram estruturadas pela hierarquização dos corpos e da imposição de padrões europeus de masculinidade e feminilidade. Segundo a autora, a lógica colonial apagou formas distintas de organização social e cultural previamente existentes, impondo um sistema binário e patriarcal de gênero.⁴⁸

O conceito de colonialidade de gênero não deve ser compreendido apenas em termos de violência sexual, mas como uma estrutura racializada e hierárquica de poder que organiza desigualdades de gênero e perpetua opressões sobre os corpos colonizados. Assim, a própria categoria de gênero, utilizada para enquadrar homens e mulheres, deriva da imposição colonial

⁴⁸ LUGONES, María. Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, vol. 25, no. 4, 2010, p. 744-746.

de uma lógica europeia que suprimiu experiências e identidades incompatíveis com seus modelos normativos.

Como afirma Lugones:

O que proponho ao trabalhar em direção a um feminismo decolonial é aprender umas sobre as outras como resistentes à colonialidade de gênero na diferença colonial sem necessariamente sermos parte integrante dos mundos de significado de onde surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista decolonial começa por ela enxergar a diferença colonial, resistindo enfaticamente ao seu hábito epistemológico de apagá-la. Ao enxergá-la, ela vê o mundo de uma nova maneira e, então, exige de si mesma que abandone seu encantamento com a "mulher", o universal, e comece a aprender sobre outras resistentes na diferença colonial [...] A colonialidade de gênero é sentida como exercícios concretos e intrinsecamente relacionados de poder, alguns corpo a corpo, alguns à distância, alguns dentro de um quarto, enquanto mulheres indígenas, feras e não civilizadas, são forçadas a tecer dia e noite, outras no confessionário. As diferenças na concretude e na complexidade do poder em circulação não são compreendidas como níveis de generalidade; a subjetividade corporificada e o institucional são igualmente concretos.⁴⁹

A partir da identificação da colonialidade de seus corpos, que, como aponta a autora, atinge diferentes níveis e está diretamente relacionada ao poder em circulação, as mulheres africanas podem empreender lutas que resistam e combatam as marcas dessa colonialidade. Em um embate que envolva uma perspectiva decolonial, a resistência, a partir da percepção de outros sujeitos resistentes e de outros agentes, é essencial. Desse modo, ao se voltar para a história do próprio continente e de suas regiões, torna-se possível identificar diferentes indivíduos que estiveram nessa posição de resistência e de agência, e que são parte constitutiva do próprio desenvolvimento de África.

A historicidade que envolve as Candaces, a partir de uma perspectiva decolonial, desafia as próprias marcas da colonialidade de gênero, pois as compreende como soberanas, agentes políticas plenas, marcadas pelo exercício do poder tanto em complementaridade com o masculino quanto em autonomia sobre o reino de Kush. A soberania feminina apresentada por essas personagens históricas desarticula as hierarquias de gênero promovidas pelo colonialismo e perpetuadas pela colonialidade, ao retirar o feminino do lugar de inferioridade, submissão e

⁴⁹ LUGONES, 2010, p. 753-754.

exclusão e inseri-lo em posições de participação, influência e poder.

A matriz colonial perpetuada pela colonialidade de gênero pode, portanto, ser enfrentada por meio da valorização das historicidades africanas e da recuperação das trajetórias de mulheres que ocuparam posições centrais em suas sociedades. As Candaces demonstram a associação entre o feminino, o poder e a política de forma explícita e institucionalizada, evidenciando que a relação entre a mulher africana e o exercício da soberania não constitui uma contradição, mas sim uma possibilidade historicamente construída no próprio continente africano.

Considerações Finais

Estudar a história africana é desafiar a própria forma como a historiografia tradicional se organizou ao longo do tempo, não apenas por priorizar a história europeia em relação aos demais continentes, mas também por exercer um verdadeiro apagamento da possibilidade de estudo de um período pré-colonial em África. A historicidade do continente africano é rica em si mesma e deve ser reconstituída pela historiografia a partir do entendimento de que sua importância e influência foram essenciais ao longo dos séculos.

O estudo das Candaces contribui para o conhecimento de uma história africana dotada de autonomia em relação ao domínio colonial, demonstrando que a historicidade africana pré-colonial é rica em personagens, acontecimentos e sociedades que estiveram presentes ao longo de séculos no continente africano, moldando costumes, religiões, arquiteturas, artes, entre outros elementos das regiões, bem como estabelecendo diferentes dinâmicas de contato e relação que evidenciam suas circulações, agências e influências.

Para este artigo, o estudo sobre as Candaces foi destacado como uma forma de combater a colonialidade dos corpos femininos, afastando-se das concepções que inserem as mulheres africanas em posições de inferioridade e de exclusão da vida político-social, para compreender que, na história pré-colonial, o reino de Kush constitui um exemplo histórico da participação feminina africana em posições de liderança, influência e participação direta no funcionamento da sociedade kushita.

O uso de uma abordagem decolonial neste artigo buscou se apresentar como uma forma de combater a colonialidade dos corpos femininos a partir do conhecimento da história africana, mais especificamente da historicidade que envolve as Candaces, colocando-as como

rompedoras do esquema da matriz colonial hierarquizada entre os corpos masculinos e femininos, a partir de suas próprias existências, que comprovam a participação direta das mulheres africanas no reino de Kush. A decolonialidade contribui, assim, para uma visão crítica sobre o impacto da colonialidade e para a apresentação de possibilidades de enfrentamento dessa visão e dessa realidade a partir do próprio passado pré-colonial.

A análise das Candaces realizada neste artigo evidencia a necessidade de abordagens que reconheçam a complexidade das experiências históricas africanas, com a construção de novas pesquisas e discussões que articulem noções como colonialidade, decolonialidade, poder, gênero, entre outros elementos. Explorar a historicidade do reino de Kush, sua conexão com outros povos, a circulação de sua economia, seus governantes, o envolvimento de figuras femininas, as diferentes Candaces que existiram ao longo da experiência kushita e suas representações constituem possibilidades de pesquisa que podem contribuir para a escrita de uma história africana pré-colonial.

Referências

Fontes

ESTRABÓN. *Geografía*. Libros XV-XVII. Tradução de Juan Luis García Alonso, María Paz de Hoz García-Bellido, Sofia Torallas Tovar e Irene Pajón. Madrid: Biblioteca Clásica Gredos, 2016.

Obras gerais

ADAM, Shehata. A importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo. In. MOKHTA, Gamal. *História geral da África*, II: África antiga. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 213-234.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 81-110.

HAKEN, A. M. ALI. A civilização de Napata e Méroe. MOKHTA, Gamal. *História geral da África*, II: África antiga. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 297-332.

ILIFFE, John. *África: história de un continente*. Ediciones Akal, S. A., 2013.

LECLANT, J. O Império de Kush: Napata e Méroe. In. MOKHTA, Gamal. *História geral da África*, II: África antiga. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 273-296.

- LUGONES, María. Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, vol. 25, no. 4, p. 742-759, 2010.
- OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de. *Senhoras da Núbia: as candaces na cultura material em Kush (África, I AEC - I EC)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2019.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PHILLIPS, Jacke. Women in Ancient Nubia. In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh (Org.). *Women in Antiquity: Real Women across the Ancient World*. London; New York: Routledge, 2016, p. 598-632.
- REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. *Revista Espaço Acadêmico* – n. 202 – Ano XVII, p. 1-11, Março/2018.
- RIBEIRO, Alaide Matias; VASQUES, Marcia Severina. A Geografia de Estrabão e a descrição do norte da África no Império Romano. *Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, v. 34, n. 2, p. 1-20, 2021.
- SOL, Pietra Ida Leone. Rainhas africanas e a literatura antiga: as representações das Candaces no Mediterrâneo antigo. 2024. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande -MS, 2024.
- TAMALE, Sylvia. *Decolonization and Afro-Feminism*. Ottawa: Daraja Press, 2020.
- TÖRÖK, László. *The Kingdom of Kush: Handbook of the Napatan-Meroitic Civilization*. Leiden: Brill, 1997.